

Torém: uma proposta pedagógica com práticas corporais indígenas na educação física escolar

Pedro Italo Uchôa de Melo

Secretaria municipal de Educação de Fortaleza (SME), Fortaleza, CE, Brasil

João Paulo de Oliveira Rangel

Secretaria municipal de Educação de Fortaleza (SME), Fortaleza, CE, Brasil

Daniel Pinto Gomes

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Fortaleza, CE, Brasil

Arlene Stephanie Menezes Pereira Pinto

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Fortaleza, CE, Brasil

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa objetiva analisar uma experiência pedagógica intercultural que teve como foco o Torém, dança sagrada do povo indígena Tremembé. As atividades em tela ocorreram nas aulas de Educação Física com discentes do 3º ano do Ensino Fundamental anos iniciais. O lócus é a Escola Municipal Dom Helder Câmara, escola pública localizada na cidade de Fortaleza, estado do Ceará. Para tal, a metodologia utilizada é de abordagem qualitativa, a partir do método descritivo e do tipo relato de experiência. A narrativa parte de uma perspectiva pedagógica decolonial com a tematização da Unidade Temática Danças, e objeto do conhecimento Danças de matriz indígena e africana da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A experiência pedagógica foi dividida em três fases, quais sejam: a contextualização teórica da dança do Torém, seguida da vivência prática e por fim um círculo de debate. Nesta experiência pedagógica a vivência gerou um envolvimento significativo dos discentes, em que observou-se uma participação ativa nas atividades e um aumento do interesse em aprender mais sobre a cultura indígena e a reflexão sobre suas identidades.

Palavras-chave: Torém. Tremembé. Povos indígenas. Educação Física Escolar. Danças de matriz indígena e africana.

Torém: a pedagogical proposal with indigenous body practices in school physical education

ABSTRACT

This research paper aims to analyse an intercultural pedagogical experience that focused on Torém, a sacred dance of the Tremembé indigenous people. The activities took place in Physical Education classes with students from the 3rd year of primary school. The locus was the Dom Helder Câmara Municipal School, a public school located in the city of Fortaleza, state of Ceará. To this end, the methodology used is qualitative, based on the descriptive method and the type of experience report. The narrative starts from a decolonial pedagogical perspective with the thematisation of the Thematic Unit Dances, and the object of knowledge Dances of indigenous and African matrix of the National Common Curricular Base. The pedagogical experience was divided into three phases: the theoretical contextualisation of the Torém dance, followed by a

practical experience and finally a discussion circle. In this pedagogical experience, the students were significantly involved, with active participation in the activities and an increased interest in learning more about indigenous culture and reflecting on their identities.

Keywords: Torém. Tremembé. Indigenous peoples. School Physical Education. Dances of indigenous and African origin.

Keywords: Torém. Tremembé. Indigenous peoples. School Physical Education. Dances of indigenous and African origin.

1 INTRODUÇÃO

A Lei nº 10.639/03 (Brasil, 2003), que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB (Brasil, 1996), estabeleceu a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial de todas as redes de ensino do país. A lei supracitada foi alterada pela Lei nº 11.645/08 (Brasil, 2008) que instituiu a obrigatoriedade da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Porém, segundo Ricardo *et al.* (2024) ainda se encontram diversas dificuldades sobre a aplicabilidade dela.

[...] a exemplo da resistência de professores(as) que muitas vezes entendem que as temáticas não têm relação com as suas respectivas disciplinas ou mesmo não se sentem preparados(as) para aplicá-las, seja pela ausência de formação – em razão da estrutura curricular da maioria das universidades privilegiar o conhecimento científico e menosprezar os outros saberes construídos na dinâmica social, sobretudo aqueles produzidos e sistematizados pelos movimentos sociais –, seja em razão da falta de apoio da comunidade escolar, ou por qualquer outro motivo (Ricardo *et al.*, 2024, p. 4).

Contudo, através dessas políticas públicas afirmativas poderia se estar garantido o ensino da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) nas escolas.

A educação contemporânea enfrenta o desafio de promover uma formação integral que reconheça e valorize a diversidade cultural. Rompendo com o etnocentrismo, a proposta pedagógica do encontro com o outro na educação além de valorizar as diferenças favorece a construção de um olhar para si mesmo. Desse modo, a interculturalidade presente nas relações de aprendizagem promove a reflexividade de professores e estudantes. Nesse contexto, as aulas de Educação Física oferecem uma oportunidade ímpar para integrar práticas culturais que vão além da mera atividade física, contribuindo para a construção da identidade cultural e desenvolvimento da sociabilidade dos alunos.

Avaliar a questão das diferenças, tão cara à antropologia e tão desafiadora no campo pedagógico justamente por sua característica institucional homogeneizadora, não é uma tarefa simples. Desde sempre, a antropologia e a educação têm se defrontado com universos raciais, étnicos, econômicos, sociais e de gênero, entre tantos outros, como desafios que limitam ou impedem que se atinjam metas, engendrando processos mais universalizantes e democráticos. No tempo presente, com tantas mudanças numa sociedade que se globaliza, estas questões não só não se encontram resolvidas, como renascem com intensidade perante os contextos em transformação (Gusmão, 1997, n.p.).

Fazemos, neste sentido, uma aproximação à Antropologia para melhor conhecer nosso objeto de pesquisa. Nessa perspectiva, objetivamos apresentar ao campo da Educação Física escolar uma experiência pedagógica desenvolvida em uma escola pública da rede municipal de Educação da cidade de Fortaleza-CE com discentes do 3º ano do Ensino Fundamental anos iniciais, e que teve como foco o Torém, dança sagrada do povo indígena Tremembé.

Sobre os Tremembé, Pereira e Gomes (2018) mencionam que “Este grupo ameríndio vive atualmente no litoral oeste do estado do Ceará com 25 povoados, em 3 municípios: Itarema, Acaraú e Itapipoca” (p. 123) e ainda que essa etnia forneceu “[...] um rico material e várias referências para os escritores e cronistas do século XVII, não apenas pelo modo particular de como viviam, como também pelas lutas e perseguições que moveram os colonizadores portugueses e outros índios” (p. 123).

Messeder (2012) faz uma descrição dos Tremembé em que nos dizem que:

A população que estudamos habita a costa noroeste do estado do Ceará. Os Tremembé são reconhecidos oficialmente como população indígena pelo Estado brasileiro e têm um território identificado, mas não ainda demarcado, tendo em vista contestações de ocupantes. Todo conflito está aí, no reconhecimento social e cultural da existência atual dos Tremembé. Um quadro ambíguo e tenso organiza a vida social e política local. Esta população vive espalhada em várias localidades do município de Itarema, situado a cerca de 260 km da capital do estado, Fortaleza (Messeder, 2012, p. 34).

Oliveira Júnior (1998) menciona que dessa cultura, chegaram até nós elementos escassos. Porém, esse povo indígena ainda conserva a produção do mocoororó¹, e também a sua dança, o Torém, que ao longo de seu processo de organização e mobilização étnica, tem sido o seu principal sinal diacrítico.

Pereira e Medeiros (2021) relatam que:

A etnia é reconhecida culturalmente, sobretudo, pelo seu ritual ancestral, o Torém, o qual dançam em formato circular e com os dançarinos de mãos dadas, com ritmo lento ao som de uma maraca (instrumento indígena). O ritual é expresso por uma dança mimética que versa sobre animais e frutas nativas, como o guaxinim, a tainha e o caju, em que são cantados versos e refrãos em vocábulos de origem indígena e em português. Iniciam o ritual com a frase “Aninhá Vaguretê”, uma louvação de abertura, como uma espécie de pedido de licença para entrar. Ao final, todos agacham-se, e “chamam pros cuiambá”, um convite a beber o mocoororó, a bebida sagrada feita de caju azedo (Pereira; Medeiros, 2021, p. 2).

Oliveira (2015) também nos traz um relato acerca de como o Torém é realizado:

Círculo formado, braços abertos com mãos que se encontram e se mantêm dadas. Ao centro da roda, comumente, duas pessoas em pé seguram, cada uma delas, um maracá. Os pés da maioria estão descalços. Estar descalço parece ser o desejável, mas não é uma regra. Num instante o maracá é agitado, primeiramente em leves e rítmicas batidas, acompanhando a louvação acima transcrita. Um pedido de licença aos encantados, aos responsáveis pelo lugar, aos presentes, para em seguida iniciar o ritual do Torém. Todos ficam parados em seus locais permanecendo a configuração circular. Logo em seguida, o maracá volta a ser agitado em pequenas batidas, e então começa a dar ritmo aos movimentos e à música que se seguem. Batidas mais lentas ou mais rápidas soam a depender da canção entoada. O grande círculo, formado pela união das mãos, e nem sempre perfeitamente simétrico, começa a se movimentar. A duração desse momento e a quantidade de músicas cantadas ficam ao encargo de quem está conduzindo a rodada, e da aparente disposição dos participantes. Chegando a um acordo quase sempre não verbalizado que é hora de findar a dança, todos se baixam ficando de cócoras. O maracá é novamente agitado em movimentos circulares, eles se levantam e se dirigem às salas de aula. É assim que semanalmente se iniciam e se encerram as atividades na Escola Indígena Maria Venância (Oliveira, 2015, p. 11-12).

Com isso, este estudo destaca a relevância da inclusão das culturas indígenas no currículo escolar, evidenciando o fomento de um ambiente educacional que as valoriza e implementa a Lei nº 11.645/08. Justificamos a presente escrita como uma narrativa de caráter

¹ O mocoororó é uma bebida consumida durante o Torem, feita do caju azedo e atribuída ao potencial curativo, de purificação corporal e do espírito, compreendo o Torém como um ritual sagrado (Pereira; Pessoa, 2019; Pinto; Gomes, 2024; Pereira, 2020).

decolonial e de valorização das experiências interculturais que concebem seu pensamento por epistemologias outras, na sua relação com a natureza, bem como, o enaltecimento das práticas corporais dos povos originários na área de Educação Física.

Como afirma Adams (2015), as práticas pedagógicas decoloniais incluem metodologias e estratégias que fortalecem insurgências e resistências, que “colocam-se a serviço de lutas sociais, políticas, ontológicas e epistêmicas de libertação”. Essa perspectiva educativa inclui dinâmicas não institucionalizadas e não instrumentais de transmissão dos saberes.

Destarte, corroboramos com o pensamento de Bins, Silva e Molina Neto (2023) que afirmam que:

Ao nos debruçarmos sobre a própria história da Educação Física, é possível perceber que esta tem suas raízes com a história de militares, com os ideais médico biologicistas e, inclusive, com as práticas de branqueamento da população (Bins, 2019). Para podermos construir uma Educação Física diferente da que está posta nas escolas atualmente, menos esportivizada, menos colonizadora e mais crítico-reflexiva, ou seja, uma Educação Física que valorize a cultura corporal de todas as pessoas da sociedade brasileira, precisamos aprender a desaprender, para assim, reaprender de outra forma (Bins; Silva; Molina Neto, 2023, p. 2).

Então para aprendermos a desaprender e reaprender de outra forma foi proposta para os estudantes a realização de uma atividade totalmente diferente daquela que estavam habituados a vivenciar. As práticas da Educação Física hegemonicamente estão vinculadas a esportes competitivos, de caráter institucionalizado por federações esportivas, e exercícios corporais com finalidades de melhoria de qualidades físicas da motricidade humana ou de aspectos voltados a saúde (Pereira; Souza, 2020).

A experiência optava por uma dança indígena com diferentes aspectos culturais e comunitários a serem relacionados e reconhecidos. As músicas, o toque da maraca, os passos da dança, as relações do povo Tremembé com a natureza, a questão da terra e o aspecto ritual e ancestral envolto no Torém denotam conteúdos ainda marginalizados e silenciados no campo da Educação Física.

Apresentaremos a experiência pedagógica em tela da seguinte maneira: Introdução, na qual discorreremos acerca do objetivo, da temática e justificamos a mesma; Arcabouço metodológico em que apresentamos o delineamento da abordagem e método utilizado, além do lócus de pesquisa, sujeitos e o espaço temporal; Torém: a narrativa de uma prática pedagógica

decolonial em Educação Física, em que tecemos a narrativa sobre o relato da experiência; e as Considerações Finais em que retomamos o percurso desenhado e respondemos o objetivo traçado no estudo.

ARCABOUÇO METODOLÓGICO

A metodologia utilizada é de abordagem qualitativa, com método descritivo do tipo relato de experiência (Gomes; Pereira; Santiago, 2021). A narrativa tem como lócus a Escola Municipal Dom Helder Câmara, localizada no Bairro Floresta na cidade de Fortaleza-CE; apresentando uma experiência pedagógica realizada em abril do ano de 2024 e desenvolvida com crianças do 3º ano do Ensino Fundamental anos iniciais, a partir da Unidade Temática Danças do componente curricular de Educação Física, mais especificamente com o Objeto do conhecimento Danças de matriz indígena e africana, e que teve como foco o Torém, a dança sagrada do povo indígena Tremembé do estado do Ceará.

Segunda a Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB (Brasil, 1996), a Educação Física é componente curricular obrigatório na Educação Básica, sendo integrada à proposta pedagógica da escola de diferentes maneiras (Santiago; Maia; Pereira, 2020). Na perspectiva da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um dos referenciais dos documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC), a Educação Física possui seis Unidades Temáticas: Brincadeiras e Jogos; Esportes; Ginásticas; Danças; Lutas e Práticas Corporais de Aventura. Essas Unidades Temáticas devem ser desenvolvidas ao longo de todo o Ensino Básico, com três elementos fundamentais comuns às práticas corporais: o Movimento Corporal, a Organização Interna e o Produto Cultural.

A Unidade Temática Danças é definida “[...] nos anos iniciais (1º ao 5º ano) e finais (6º ao 9º ano) do Ensino Fundamental em uma construção progressiva a partir dos Objetos do conhecimento: Danças no contexto comunitário e regional; Danças do Brasil e do mundo; Danças de matrizes indígenas e africanas; Danças urbanas; e Danças de Salão” (Oliveira; Pereira; Souza, 2023, p. 3-4). E devem possibilitar “[...] as práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social, entendidas como manifestações das possibilidades expressivas dos sujeitos, produzidas por diversos grupos sociais no decorrer da história” (Brasil, 2018, p. 213).

O nosso estudo foi estruturado em três etapas, quais sejam: a contextualização teórica sobre a dança do Torém, uma vivência prática (Ressignificando) e um círculo de debate. E teve como intuito explorar as experiências e percepções dos alunos em relação ao Torém. A metodologia adotada foi pensada para envolver os alunos de forma ativa e reflexiva, promovendo tanto a aprendizagem prática quanto a reflexão crítica sobre as identidades e culturas indígenas. Para isso, nos utilizamos de conceitos importantes para a objetivação de nossa experiência como a decolonialidade, alteridade, cultura, identidade, relações étnico-raciais os quais foram correlacionados à experiência.

TORÉM: A NARRATIVA DE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA DECOLONIAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Vimos lá das cachoeiras com a força da natureza. Os encantado nos mandou. Viemos aqui fazer limpeza. Os encantado nos mandou. Viemos aqui fazer limpeza. E não tem rio que eu não atravesse. Não tem caminho que nós não ande. Não tem pau que eu não arranque, nem tem pedra que eu não quebre. E não tem mal que eu não cure. Salve nosso pai Tupã. (Música Tremembé do ritual do Torém cantada em língua portuguesa².)

Escolhemos o trecho acima para ressaltar o caráter ritual do Torém entre os Tremembé. O apelo à ancestralidade, à força espiritual dos seres encantados, à superação das dificuldades, presente na dança demarcam a importância do aspecto comunitário para sua realização. Nesse momento, ressaltou-se para os estudantes que não se tratava de meramente coreografar e/ou reproduzir os gestos contidos no Torém. Quisemos com a proposta aproximar o máximo possível do modo como o próprio povo Tremembé significa suas manifestações.

Com isso, descrevemos neste tópico uma prática pedagógica com a Unidade Temática Danças, a partir do objeto de conhecimento Danças de matriz indígena e africana, imbuída na cultura indígena Tremembé.

A primeira etapa consistiu em uma contextualização teórica da dança Torém, com o objetivo de criar um ambiente de aprendizado que despertasse o interesse dos alunos e os conectasse com as culturas indígenas. Para isso, foi realizada inicialmente uma exposição oral acerca do povo Tremembé, descrevendo as localidades onde estão situados no Ceará, a divisão

² Acervo pessoal dos autores.

geográfica e cultural de seu território, indicando as principais atividades de trabalho e lazer. Em seguida foram abordados o formato da dança, dos cânticos, da bebida utilizada e da significação como um ritual sagrado para o povo Tremembé. Vários vídeos, fotografias, desenhos e textos retratando a realidade Tremembé e sua participação no Torém foram apresentados aos alunos.

Em seguida iniciou-se uma roda de conversa, pois os estudantes precisavam falar suas impressões e sobre o que haviam conhecido. Foi perguntado aos discentes qual o significado dessa dança para os Tremembé. Após um tempo para que pensassem nas respostas os discentes precisaram fomentar discussões em grupo, o que promoveu um espaço de troca de ideias, e permitiu que esses expressassem suas expectativas e curiosidades sobre a dança. O fato de que nunca haviam tido contato com a mesma aparecia como um entrave às discussões.

No momento final, com a mediação docente, reuniu-se os relatos em três grupos. As informações contidas nas apresentações dos discentes permitiram dimensionar alguns aspectos inerentes ao conteúdo escolhido. De modo geral eles vincularam o Torém à tradição, ao elemento antigo e o repasse dos saberes ancestrais, à relação do Tremembé com a natureza, e aos vínculos comunitários da vida em sociedade.

Partiu-se então para a segunda etapa da experiência pedagógica, a vivência prática da dança. Durante essa etapa os discentes participaram de oficinas práticas em que puderam aprender e executar os movimentos característicos do Torém. Para tal, também foram utilizadas maracas, que:

[...] são artefatos indígenas usados como instrumentos musicais para danças e rituais, como também são usados para a cura ou limpeza espiritual nas mãos de pajés. Nas danças e rituais, acompanha e marca a rítmica das músicas. E para cada povo indígena ele tem um nome diferente, por exemplo, para o povo Tremembé do estado do Ceará também é chamado de aguaim (Pereira, 2021, p. 101).

Para a confecção desse artefato pelos alunos foram utilizadas garrafas PET e milho. O uso das maracas proporcionou aos discentes uma experiência imersiva, que não apenas facilitou a aprendizagem dos passos da dança e sobre a rítmica, mas também instigou a conexão dos alunos com a cultura indígena Tremembé. A prática coletiva tanto da confecção das maracas, quanto da vivência da dança, que é em formato circular, incentivou ainda o desenvolvimento de habilidades motoras, a coordenação e o trabalho em equipe, promovendo um senso de comunidade entre os participantes.

Na terceira etapa, o que consistiu na realização de um círculo de debate, os alunos tiveram a oportunidade de compartilhar suas experiências, reflexões e sentimentos sobre a dança. Esse espaço de diálogo foi fundamental para a construção de um ambiente seguro, onde os discentes sentiram-se à vontade para expressar suas opiniões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto tecemos um relato de experiência em que o objetivo foi apresentar uma experiência pedagógica nas aulas do componente curricular de Educação Física, desenvolvida com discentes do 3º ano do Ensino Fundamental anos iniciais, e que teve como foco o Torém do povo indígena Tremembé.

Nesta experiência pedagógica a vivência com a dança do Torém gerou um envolvimento significativo dos alunos, observando-se uma participação ativa nas atividades e um aumento do interesse em aprender mais sobre a cultura indígena. Além disso, a maioria dos alunos expressou percepções sobre a dança, evidenciando uma valorização cultural sobre as práticas culturais dos povos indígenas.

A análise da narrativa demonstra que a integração da dança do Torém nas aulas de Educação Física não apenas promoveu habilidades motoras, mas também facilitou discussões profundas sobre identidade, pertencimento e coletividade. Além disso, os alunos mostraram-se abertos a discutir questões étnico-raciais a partir da explanação teórica. Essa abertura sugere que as práticas corporais, como a dança, podem ser instrumentos pedagógicos que promovem a diversidade e a inclusão nas escolas, além de fomentar a valorização sobre culturas subalternizadas.

Além disso, os resultados indicam que a prática da dança pode desempenhar um papel significativo no fortalecimento da autoestima dos alunos, contribuindo para um ambiente escolar mais acolhedor, o que foi visto durante a etapa final no círculo de debate. A experiência pedagógica também destacou a importância de metodologias que valorizam as culturas indígenas, promovendo uma educação que respeite a diversidade étnica e cultural.

Esta experiência pedagógica demonstrou que, ao se envolverem ativamente com a dança e refletirem sobre outras culturas, os alunos não só aprenderam sobre outras culturas, mas desenvolveram um interesse significativo em relação à participação.

Ao analisar as atividades e os resultados obtidos, buscamos refletir sobre o papel da Educação Física no diálogo acerca da diversidade e identidade nas escolas, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e respeitosos em relação às múltiplas culturas que compõem a sociedade brasileira. Desse modo, ensejamos que mais práticas pedagógicas como essa possam ser implementadas.

Por fim, as reflexões a partir desta narrativa servem como base para futuras iniciativas que busquem integrar as culturas indígenas no currículo escolar. Pois, a inclusão de práticas culturais indígenas não só enriquece o aprendizado, mas também promovem uma educação mais consciente, representativa e equitativa, fundamental para a formação de cidadãos críticos e respeitosos em relação à pluralidade que caracteriza a sociedade brasileira.

Desse modo ensejamos que mais atividades pedagógicas como essas se tornem uma realidade nos currículos escolares para que a Lei nº 11.645/08 seja de fato implementada.

REFERÊNCIAS

ADAMS, T. WALSH, Catherine (Ed.). *Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 585–590, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.10i2.0015>. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/7096>. Acesso em: 31 jul. 2024.

BINS, G. N.; DORNELLES, P. D. G.; TAVARES, N. da S.; CANON-BUITRAGO, E. A. Proposições epistêmico-políticas decoloniais para a Educação Física. In: FONSECA, D. G.; WITTIZORECKI, E. S.; FRASSON, J. S.; SILVA, L. O. e; SILVA, M. A. da; DIEHL, V. R. O.; MOLINA NETO, V. (Orgs.). **Trabalho docente em Educação Física: questões contemporâneas**. p. 179-194. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2021.

BINS, G. N.; SILVA, L. O. e; MOLINA NETO, V. Aprender a desaprender: práticas decoloniais em educação física em uma escola pública da cidade de Porto Alegre/RS: Learning to unlearn: decolonial practices in Physical Education in a public school in the city of Porto Alegre/RS. **Temas em Educação Física Escolar**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. e2326, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.33025/tefe.v8i1.3906>. Disponível em: <https://portalespiral.cp2.g12.br/index.php/temasemedfisicaescolar/article/view/3906>. Acesso em: 25 set. 2024.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 31 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 29 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.645/08 de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/ato2007-2010/2008/lei/11645.htm>. Acesso em: 29 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Ministério da Educação. Diário Oficial da União. Brasília, 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil/03/leis/19394.htm>. Acesso em: 29 jul. 2024.

GOMES, D. P.; PEREIRA, A. S. M.; SANTIAGO, J. da S. Refazendo os percursos da disciplina bases socioantropológicas da Educação Física. **Ensino em Perspectivas**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 1–18, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/5503>. Acesso em: 10 set. 2024.

GUSMÃO, N. M. M. de. Antropologia e educação: Origens de um diálogo. **Cadernos CEDES**, v. 18, n. 43, p. 8–25, dez. 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/yB4YnZDv73qWqYZJpQZmbWb/?lang=pt>. Acesso em 27 abr. 2024.

MESSEDER, M.L.L. Etnicidade e ritual Tremembé: construção da memória e lógica cultural. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 43, n. 2, jul/dez, 2012, p. 32 - 42 37 Dossiê: Discurso étnico, lógica cultural e interpretação da tradição. Disponível em: <https://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/815>. Acesso em: 12 maio. 2024.

OLIVEIRA, J. J. T. DE; PEREIRA, A. S. M.; SOUZA, S. T. B. DE. Baile y Educación Física: un estudio con profesores de escuelas municipales de Fortaleza-CE. **Lecturas: Educación Física y Deportes**, v. 28, n. 307, p. 16-25, 3 dic. 2023. DOI: <https://doi.org/10.46642/efd.v28i307.7170>. Disponível em: <https://efdeportes.com/efdeportes/index.php/EFDeportes/article/view/7170>. Acesso em: 12 jun. 2024.

OLIVEIRA JÚNIOR, G. A. de. **Torém**: brincadeira dos índios velhos. Fortaleza, CE: Anna Blume, 1998.

PEREIRA, A. S. M. **Aninhá vaguretê**: corpo e simbologia no ritual do Torém dos índios Tremembé. 1. ed. – Curitiba: Appris, 2020.

PEREIRA, A. S. M. Sobre etnicidade na educação: saberes e corporeidade no ritual do Torém na Escola Indígena Diferenciada Maria Venâncio. **Interfaces da educação**, [S. l.], v. 12, n. 35, p. 324–346, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.18316/10.26514/inter.v12i35.4822>. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/4822>. Acesso em: 30 dez. 2024.

PEREIRA, A. S. M. **Práticas corporais indígenas**: jogos, brincadeiras e lutas para implementação da Lei 11.645/08 na Educação Física escolar. Fortaleza: Aliás, 2021. Disponível em: <https://ifce.edu.br/proen/defe/praticas-corporais-indigenas.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.

PEREIRA, A. S. M.; GOMES, D. P. Dança encantada e de resistência: (trans) significações corporais no torém dos índios Tremembé. **Corpoconsciência**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 120–129, 2018. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corpoconsciencia/article/view/5716>. Acesso em: 25 set. 2024.

PEREIRA, A. S. M.; MEDEIROS, R. M. N. de. Torém do povo indígena Tremembé: percepções simbólicas e culturais **Revista de Educação, Ciência e Cultura-RECC**. Canoas, v. 26 n. 3, 01-18, out., 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.18316/recc.v26i3.8336>. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/8336>. Acesso em: 24 set. 2024.

PEREIRA, A. S. M.; PESSOA, K. L. E. de C. “Os encantado nos mandô, viemo aqui fazer limpeza”: práticas de cura e encantaria entre os índios Tremembé e o cuidado de si. **Conexões - Ciência e Tecnologia**, [S. l.], v. 13, n. 5, p. 23–28, 2019. DOI: <https://doi.org/10.21439/conexoes.v13i5.1791>. Disponível em: <https://conexoes.ifce.edu.br/index.php/conexoes/article/view/1791>. Acesso em: 20 set. 2024.

PEREIRA, A. S. M.; SOUZA, S. T. B. de. El discurso de los docentes de Educación Física sobre su práctica pedagógica en salud: Un estudio en la Red Municipal de Fortaleza, CE. **Lecturas: Educación Física y Deportes**, v. 25, n. 267, p. 21-34, 16 ago. 2020. Disponível em: <https://efdeportes.com/efdeportes/index.php/EFDeportes/article/view/1737>. Acesso em: 2 ago. 2024.

PINTO, A. S. M. P.; GOMES, D. P. Educação Física no Ensino Médio Indígena Tremembé. **Revista FAFIRE**, Recife, v. 17, n. 1, p. 77–90, 2024. Disponível em: <https://fafire.emnuvens.com.br/revista/article/view/774>. Acesso em: 30 dez. 2024.

RICARDO, K. H.; WITTIZORECKI, E. S.; BINS, G. N.; ABREU, D. do S. Brincadeiras e jogos de matrizes indígena e africana nas aulas de educação física com o sexto ano do ensino fundamental da Escola Estadual Abya Yala. **Conexões**, Campinas, SP, v. 22, n. 00, p. e024006, 2024. DOI: <https://doi.org/10.20396/conex.v22i00.8675658>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8675658>. Acesso em: 22 set. 2024.

SANTIAGO, J. da S.; MAIA, F. E. da S.; PEREIRA, A. S. M. Possibilidades de aplicação de la temática afrobrasileña en Educación Física escolar. **Lecturas: Educación Física y Deportes**, v. 25, n. 263, p. 73-92, 21 abr. 2020. Disponível em: <https://efdeportes.com/efdeportes/index.php/EFDeportes/article/view/1828>. Acesso em: 20 ago. 2024.

Recebido em: 25/10/2024

Aprovado em: 27/01/2025